

### O desenvolvimento do conceito de ditadura do proletariado em Karl Marx e Friedrich Engels

Analisar o desenvolvimento do conceito de ditadura do proletariado em Karl Marx e Friedrich Engels é, acima de tudo, perceber que as mudanças pelas quais o conceito passou não são resultados de abstrações teóricas, mas sim, correspondem às respectivas mudanças pelas quais o próprio movimento operário europeu passou durante aquele momento, resultando assim em uma dialética entre teoria e prática do movimento operário.

O caminho percorrido pelos autores passou, necessariamente, pela tomada de consciência da necessidade de uma emancipação humana e não somente uma emancipação política como pregava a burguesia. Esse primeiro desenvolvimento foi realizado fundamentalmente na obra *Sobre a questão judaica* [1843], em que Karl Marx, ao realizar a crítica da luta dos judeus por sua emancipação política, fora acusado de reprodução das discriminações que eles sofriam perante um Estado cristão.

Ao problematizar a emancipação judaica, e não somente aceitá-la como uma ação a ser realizada, Marx perpassou outros problemas que estavam envolvidos diretamente com a posição defendida pelos judeus<sup>1</sup>. O mais importante foi o papel que coube ao Estado nesse processo de emancipação política, como a defendida pelos judeus, e a emancipação humana, como defendida por Marx. Porém, Marx sabia que o máximo que era possível na sociedade burguesa era a emancipação política e que ela constituiu um passo importante na emancipação humana, não devendo ser, no entanto, enxergada como o fim último das lutas.

---

\* Professor de História do IF Goiano – Campus Morrinhos. Militante autogestionário.

<sup>1</sup> Os judeus são entendidos por Marx não somente como o povo, mas sim como os detentores do capital financeiro, uma vez que, na Alemanha, a maioria dos bancos estava em suas mãos.

O fato dos judeus e Bruno Bauer defenderem o papel do Estado como o responsável pela emancipação, só demonstra que eles buscavam que o Estado permitisse que todos os cidadãos tivessem direitos iguais na sociedade. Porém, para Bauer, era necessário ir além, uma vez que, o próprio judeu deveria se emancipar da religião. Como Marx demonstrou, o papel que Bauer defendia, não era um posicionamento real, uma vez que, ele pedia que tanto os judeus quanto o Estado abrissem mão da religião, só assim conseguiriam a sua verdadeira emancipação. O Estado, como afirma Marx, poderia se separar da religião, mas ele não poderia exigir que a população viesse a deixar sua religião no âmbito privado, isso contrariaria o próprio princípio da emancipação política.

A cisão homem em *público* e *privado*, o deslocamento da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a *realização plena* da emancipação política, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade *real* do homem (MARX, 2010, p. 42).

A abordagem de Marx para compreender o papel do Estado no processo de emancipação política passou pela crítica que se realizava da divisão entre *Estado político* e *sociedade burguesa* - como em Bauer, que enxergava os dois como antagônicos. Assim como exposto na citação acima, essa divisão do homem público e do homem privado, do Estado e da sociedade burguesa foi somente uma maneira de como se expressa, no capitalismo, a divisão entre as esferas de poder, sendo que, na realidade, esses dois elementos eram interconectados organicamente uns aos outros, não sendo possível avançar na discussão de um sem entender as implicações causadas ao outro.

É o avanço deste debate aqui, que interessa mais particularmente, principalmente a compreensão do que verdadeiramente representa a emancipação humana. Este debate levou Marx a se aprofundar nos estudos sobre o papel do sentido da emancipação durante os levantes revolucionários na França entre 1848 e 1871. Destes desdobramentos, tem-se aquilo que é o ponto chave para a discussão sobre a ditadura do proletariado. Isso se refere ao ponto de apreender que a emancipação política foi a emancipação que a sociedade burguesa conseguiu atingir, pois a sua defesa da liberdade dos seres humanos nada mais foi do que a defesa do ser humano ao direito à propriedade privada. Esse ponto foi reforçado pela ideia do

autor de que a burguesia não fez uma revolução social, mas sim uma revolução política sendo que, desta forma, a emancipação política foi o maior degrau de liberdade que a burguesia pode defender, isso porque, a revolução política “decompõe a vida burguesa e de seus componentes sem revolucionar esses mesmos componentes nem submetê-los à crítica.” (MARX, 2010, p. 53).

Este posicionamento de Marx é uma constatação de que não é possível se amparar no Estado político burguês para que possa ocorrer a emancipação humana, uma vez que para que ela ocorra é essencial que seja quebrado o direito burguês da propriedade privada. Porém, ainda não é possível visualizar, aqui, o que Marx define como sendo o “sucessor” e o responsável pela emancipação humana, algo que só ficará claro nos seus próximos textos.

Após a escrita de *Sobre a questão judaica* foi que começou a ocorrer uma evolução do pensamento dos autores em relação à percepção da propriedade privada e do proletariado enquanto elemento central de combate ao capitalismo. Mais precisamente, após a sua entrada na Liga dos Comunistas, organização que se pautava pelos princípios do comunismo como meio de organização do proletariado. Neste período, já foi possível visualizar a posição adotada por Marx e Engels de que somente o princípio do comunismo é a abolição das classes

La condición de la emancipación de la clase obrera es la abolición de todas las clases, del mismo modo que la condición de la emancipación del tercer estado, del orden burgués, fue la abolición de todos los estados y de todos los ordenes. [...] Sólo en un orden de cosas en el que ya no existan clases y antagonismo de clases, las evoluciones sociales dejarán de ser revoluciones políticas (MARX, 1979, p. 142-143).

Porém, foi no *Manifesto do Partido Comunista* que Marx e Engels articularam pela primeira vez, de forma mais acabada, o conceito de ditadura do proletariado, resolvendo, em partes, as questões deixadas sem resposta em *Sobre a questão judaica*. Pelo tipo de texto que é característico do *Manifesto*, um programa da Liga dos Comunistas, ele expôs, de maneira concisa e didática, os principais pontos de discussão que eram necessários para se posicionar perante as outras forças políticas.

Foi no *Manifesto* que se encontrou, de modo mais explícito até então, a diferenciação entre a burguesia e o proletariado e, conseqüentemente, a diferença entre os projetos de sociedade desses dois grupos. Essa diferenciação foi

demonstrada ao longo do *Manifesto*, através do processo que o operariado teve que percorrer e que deveria combater com o intuito de que o proletariado se constituísse em partido político, algo que até então não havia ocorrido.

Ao demonstrar, através da análise do processo de produção, que o proletariado era enxergado pela burguesia apenas como um instrumento responsável pela fabricação de mercadorias e que na verdade era ela que detinha o poder do Estado e o utilizava como forma de perpetuação da dominação e da exploração, sendo que ainda esta fazia de tudo para aplacar a luta de classes, demonstrando-a como uma coisa ultrapassada, pois o verdadeiro inimigo – o antigo regime – tinha sido derrotado com a ação conjunta das duas classes que naquele momento começavam a se opor. Porém, essa visão romântica da burguesia foi desarticulada de maneira contundente no *Manifesto*, cabendo a Marx e Engels desfazerem a leitura enviesada da burguesia e demonstrarem como deveria se portar o proletariado e quais os objetivos a serem alcançados. O primeiro objetivo foi demonstrar como o proletariado era, na verdade, a classe responsável por sustentar a economia capitalista, pois ele era o responsável por produzir a riqueza da sociedade e, por ser a classe subordinada, foi a única capaz de, ao se libertar, libertar também a humanidade inteira, o que implicaria na abolição de todas as classes sociais. O segundo objetivo foi concretizar a burguesia como o verdadeiro inimigo do proletariado, descartando as antigas lutas que estes realizaram em conjunto e classificando as classes do antigo regime como inimigos da burguesia. Ao recorrer a essa exposição, os autores quiseram demonstrar que a experiência até ali acumulada contra as antigas classes – em especial a nobreza – deveriam se voltar contra a burguesia e o seu modo de vida.

No entanto, ao demonstrar a diferença entre a sociedade comunista e a sociedade burguesa em relação à cultura, aos valores e à economia e de como se estruturaria a sociedade comunista após a revolução, Marx e Engels deram destaque excessivo à importância da tomada de poder do Estado. Em nenhum momento no texto, os autores citaram de fato o conceito de *ditadura do proletariado*, porém se entende que o próprio programa comunista foi expresso no livro e perpassado por esse conceito, como neste trecho:

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não é de espantar que no curso de seu desenvolvimento ela rompa da maneira mais radical com as ideias tradicionais.

Vimos acima que o primeiro passo na revolução operária é a *elevação do proletariado à classe dominante* [grifo meu], a conquista da democracia (MARX,

É somente com os eventos de 1848 na França que Marx falou pela primeira vez de uma ditadura do proletariado de fato. Isso ocorreu porque o operariado reconheceu que a sua ligação revolucionária com a burguesia se constituiu em um erro, pois, como em todas as revoluções anteriores que haviam ocorrido, com essa junção de forças, o proletariado saiu perdendo. Com essas lições, o proletariado percebeu que era necessário haver uma ruptura com essa prática, algo que já ocorreu em 1848 e expressou-se de modo mais drástico em 1871.

A revolução de 1848 foi classificada como a primeira revolução em que o operariado saiu como protagonista, mesmo que, num primeiro momento, isso não tivesse ocorrido. A mudança de posicionamento do proletariado frente aos acontecimentos – destituição da aristocracia financeira da sua estrutura de poder dentro do Estado francês (que eles acreditavam ser a verdadeira burguesia, a ponto de proclamarem o fim desta com a revolução), a proclamação da república que vinha a atender aos interesses da configuração do capital na França e o afastamento dos trabalhadores do centro de decisão do novo Estado instituído.

Para Marx, o real problema que os operários passavam naquele momento era ainda não terem maturidade o suficiente para tocarem uma revolução própria, por isso, em um primeiro momento, a sua palavra de ordem não foi a ditadura do proletariado, mas sim, república democrática, isso para o caso alemão. O autor atribuiu essa falha, em grande parte, ao pouco desenvolvimento que o operariado francês tinha naquele momento, pois para ele a falta de um operariado industrial (os mais destacados dentre os trabalhadores) foi fundamental para a não radicalização da revolução no primeiro momento de 1848.

O processo que se segue foi de uma tomada de consciência propiciada pelas condições de descaso pela fração da burguesia que ascendeu ao poder em fevereiro de 1848. A burguesia acreditava que, ao deixar o ministério do trabalho para os Louis Blanc e Albert, representantes dos trabalhadores, estes conseguiriam contornar as

reivindicações e acalmar o furor que se sentia nas classes mais baixas. Porém, a falta de estrutura para o trabalho, o desemprego, as *workhouses* francesas e a fome, que se seguiu a fevereiro, eram demais para o proletariado, uma vez que, ainda eram obrigados a assistir ao pagamento das dívidas do Estado à aristocracia financeira, a mesma a quem eles haviam decretado a morte. A partir deste momento, o proletariado foi capaz de caminhar com as suas próprias pernas e não mais se sustentar em promessas e acordos com a burguesia, pois não cabia mais a luta pela república democrática como fim, mas sim à ditadura do proletariado.

O proletariado de Paris foi *obrigado* pela burguesia à insurreição de Junho. Já nisto havia a sentença que o condenava. Nem a sua necessidade imediata e confessada o levava a querer derrubar violentamente a burguesia, nem estava à altura de tal tarefa. O *Moniteur* teve de fazer-lhe saber oficialmente que o tempo em que a república se vira obrigada a prestar homenagem às suas ilusões já tinha passado, e só a sua derrota o convenceu desta verdade: que, *no seio* da república burguesa, a mais pequena melhoria da sua situação é uma *utopia*, uma utopia que passa a ser crime logo que queira realizar-se. Em vez das reivindicações exaltadas na forma, mas mesquinhas no conteúdo e mesmo ainda burguesas, cuja satisfação ele queria forçar a república de Fevereiro a conceder, surgiu agora a audaciosa palavra de ordem revolucionária: *Derrube da burguesia! Ditadura da classe operária!* (MARX, 2008, p.93-94).

A revolução de Junho de 1848, apesar de estar ainda incompleta na sua maturidade, expressou um dos primeiros momentos do desenvolvimento histórico da classe operária com a sua radicalização e autonomização da classe. A Comuna de Paris foi a responsável por constituir o primeiro governo operário da história do mundo. A experiência que os operários demonstraram através da Comuna fez até mesmo Marx revisar alguns de seus posicionamentos em relação ao papel do Estado.

O maior feito da Comuna foi estabelecer, durante os dois meses da sua real existência, um governo de cunho popular e operário, com o desmantelamento do Estado burguês (através de instituições como exército, a instituição do registro civil em separação à Igreja entre outros) e a construção de uma estrutura política e organizacional baseada em comissões que eram responsáveis por atenderem a todos os setores da sociedade.

A Comuna era composta por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser, não um organismo parlamentar, mas um corpo activo, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente

despojada dos seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e revogável a todo o momento. O mesmo se deu com os outros funcionários de todos os ramos da administração. Desde os membros da Comuna até ao fundo da escala, a função pública devia ser assegurada com salários de operários. Os benefícios habituais e os emolumentos de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram ao mesmo tempo que os altos dignatários. Os serviços públicos deixaram de ser propriedade privada das criaturas do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado, foi posta nas mãos da Comuna (MARX, 2008, 402-403).

Esta estruturação da Comuna em comissões foi a maior herança da Comuna, que foi repetida significativamente em todas as principais revoluções do século XX (Revolução Russa de 1905 e 1917, Revolução Alemã de 1919, Guerra Civil Espanhola, Revolução Húngara de 1956 e o Maio de 1968 parisiense). Ela foi responsável também por colocar em Marx a dúvida: basta realmente a tomada do poder do Estado? No prefácio de 1872 do *Manifesto*, Marx trouxe a sua visão da mudança de pensamento em relação ao conteúdo do que havia escrito, uma vez que, a Comuna, ao se estabelecer, não procurou usurpar o Estado, mas aboli-lo imediatamente, pois compreendeu que não era possível construir uma nova sociedade baseada na usurpação de um Estado de essência burguesa, pois a sua estrutura era de repressão.

A aplicação prática destes princípios — o próprio *Manifesto* o declara — dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias historicamente existentes, e por isso não se atribui de modo nenhum qualquer peso particular às medidas revolucionárias propostas no fim da secção II. Este passo teria sido hoje, em muitos aspectos, redigido de modo diferente. Face ao imenso desenvolvimento da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, ao progresso da organização do partido da classe operária, face às experiências práticas, primeiro da revolução de Fevereiro, e muito mais ainda da Comuna de Paris — na qual pela primeira vez o proletariado deteve o poder político durante dois meses —, este programa está hoje, num passo ou noutro, antiquado. A Comuna, nomeadamente, forneceu a prova de que "a classe operária não pode simplesmente tomar posse da máquina de Estado [que encontra] montada e pô-la em movimento para os seus objetivos próprios"<sup>2</sup>. (MARX, 2004, 26-27).

Todo esse percurso percorrido por Marx e Engels para compreender o que era a ditadura do operariado e qual o seu objetivo ao ser instalada, gerou um série de leituras desconexas e até mesmo opostas pelos marxistas posteriormente. A posição defendida era que não havia uma única interpretação correta, mas sim realidades diferentes em que algumas condições se sobrepunham às outras. A tentativa de

historicizar essas posições foi o modo encontrado de trazer as referências sobre a ditadura do proletariado, demonstrando a sua posição como uma sociedade sem classes, para o debate sobre a direção que a revolução social deveria seguir, em especial no período compreendido entre 1917 – 1920 quando vários países europeus experimentaram um levante revolucionário por parte do operariado.

### **A polarização em torno do conceito de ditadura do proletariado durante as revoluções russa, alemã e italiana: a síntese entre partido e conselhos operários**

Depois de ser criado por Karl Marx e Friedrich Engels, o conceito de ditadura do proletariado encontrou uma série de desenvolvimentos diferentes por parte dos diversos partidos e grupos políticos marxistas que surgiram após a sua configuração inicial. Estas divergências surgiram já no final do século XIX com o nascimento da II Internacional e a perspectiva reformadora da nascente social-democracia alemã que, primeiramente, com Eduard Bernstein e posteriormente, com Karl Kautsky, começou a priorizar a perspectiva de que era possível fazer a passagem ao comunismo através da inserção no sistema capitalista, abdicando da revolução para atingir os seus objetivos.

As primeiras críticas a esta posição da social-democracia alemã partiram da própria ala mais à esquerda do partido que tinha entre seus principais nomes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Rosa Luxemburgo em *Reforma ou revolução* já expunha os traços característicos desse que seria um dos primeiros debates no seio revolucionário sobre o destino da ditadura do proletariado e o desvirtuamento que o partido social-democrata alemão começava a esboçar.

### **Da teoria à prática: Lênin e o papel do Estado na Ditadura do Proletariado**

A Revolução Russa de 1905 expôs um novo traço que fez com que a revolução desencadeada naquele momento, mesmo com o baixo nível de industrialização presente na Rússia, tomasse uma proporção capaz de pôr em risco o Estado czarista e que a revolução proletária se tornou uma possibilidade concreta naquele momento, através dos conselhos operários.



A emergência dos conselhos operários traduziu uma forma de auto-organização proletária que era resultado de mobilizações anteriores e de formas de lutas que os operários russos já vinham travando contra o governo. Eles surgiram num momento em que ocorria o acirramento da luta de classes, no período de fevereiro de 1905, durante uma deflagração de greve, como bem demonstra Viana (2010)

o fundamento dos conselhos operários é um conjunto de organizações de base que surgem no processo da luta operária, especialmente os conselhos de fábrica, também chamados “comissões operárias” ou “comissões de fábrica”. Os conselhos de fábrica geralmente são produtos da luta operária e é um desdobramento de outras organizações operárias gestadas na luta cotidiana. Estas organizações que precedem os conselhos de fábrica, e às vezes, convivem com elas, são comitês de greve, uniões de ajuda mútua, comissões internas de prevenção de acidentes, etc. No caso da Revolução Russa de 1905, os predecessores foram principalmente os comitês de greve, as juntas de ajuda mútua e as comissões operárias (VIANA, 2010 p. 10).

No entanto, a derrota da Revolução Russa de 1905 e a violenta repressão do governo czarista contra o operariado e os sovietes, fizeram com que estes se dissolvessem e só voltassem a ser recriados no próximo período revolucionário que o país conheceu em 1917.

O contexto de nascimento do período revolucionário russo de 1917 remete ao momento em que o operariado russo já se encontrava em maior número do que na Revolução de 1905 (apesar de não ser ainda a maioria da população); as mazelas da Primeira Guerra Mundial assolavam de maneira alarmante a população russa, causando fome e uma série de greves que exigiam a saída da Rússia da Guerra e a normalização do abastecimento; e o renascimento dos sovietes, como instrumento de luta do movimento operário, decorrente especialmente do grave processo de crise social que atingia a Rússia durante a Primeira Guerra.

Baseado na relação entre o papel que os conselhos operários e o partido bolchevique desempenhavam na Revolução Russa de 1917, para a construção da ditadura do proletariado, que foi observado como se desenvolveu a discussão a respeito da forma como a Revolução deveria ser conduzida (pela vanguarda do partido ou pelos conselhos operários) e realizada (com a tomada ou a destruição do Estado).

Lênin era o revolucionário russo que melhor sintetizava o que deveria ser e como deveria ser conduzida a implementação da ditadura do proletariado durante a Revolução Russa, buscando nos escritos de Marx e Engels a fundamentação necessária para combater o revisionismo e também construir um modelo russo deste processo. É, principalmente nos escritos do período em que a revolução está em curso – aqui cabe destaque ao livro *O Estado e a Revolução* – que se conseguiu ver com maior clareza os desdobramentos das suas propostas.

Em *O Estado e a Revolução*, Lênin tem por objetivo compreender o papel do Estado e a sua posterior função dentro de uma sociedade comunista. Defendia a tese de que o Estado era um produto desenvolvido para mediar os conflitos de classes, sempre pendendo as suas resoluções para o lado da classe dominante. Com essas atitudes era impossível uma transformação da sociedade capitalista baseada no processo de conciliação entre a burguesia e operariado em um governo conjunto. A sua análise se constituiu enquanto uma crítica ao processo que estava ocorrendo na Rússia no momento em que Lênin escrevia o referido livro – entre a revolução de fevereiro e a de outubro – uma vez que as práticas repressivas e de esmagamento da Revolução realizadas pelos mencheviques e socialistas revolucionários, que haviam ascendido ao governo em fevereiro, eram comparáveis às que o governo czarista tinha colocado em prática.

O papel de todo governo que age dentro de um Estado capitalista é defender a ordem vigente a todo o custo não importando os meios empregados, visto que ele deve assegurar os interesses de uma minoria sobre uma maioria explorada, sendo que esta maioria é que é a responsável por realmente produzir a riqueza com que se sustentam as bases sociais desse Estado. Desta forma, para Lênin, induzir uma tentativa de transição para uma sociedade comunista que não fosse através de uma revolução violenta em que os agentes desse Estado burguês fossem destituídos e que se iniciasse um processo de “definhamento” do Estado, não levaria a lugar algum e só repetiria as forma da burguesia no poder.

Apesar da crítica de Lênin ao papel do Estado e de compreender seu caráter repressivo, mesmo na ditadura do proletariado, pois compreendia que era necessária, após a vitória do proletariado, a manutenção de um Estado que servisse

como processo de transição para as derrotas das antigas classes dominantes que ainda subsistiam contra o proletariado enquanto classe dominante, sendo, desta maneira, necessário ainda ter um Estado com caráter repressivo.

Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente (LENIN, 2007, p. 43).

Porém, o Estado que o proletariado teria em mãos se diferenciaria do antigo Estado capitalista por não buscar uma permanência, mas sim, estar em situação de “definhamento”, ou seja, em processo de extinção sobre o qual, no final, estaria implantada a sociedade comunista. A diferença principal entre estes dois tipos de Estado ocorreria sobre o modo de lidar com os principais aparelhos de dominação: a burocracia e o exército. Cabe ao Estado proletário, que era definido pelo autor como a primeira fase do comunismo, combater esses dois elementos, levando em consideração a substituição de todos os burocratas por membros eleitos e remunerados de acordo ao salário de um operário, sendo que poderiam ser substituídos do cargo a qualquer momento; e, a troca do exército formal pelo povo em armas, que seria responsável pela defesa da Revolução. Com estas medidas tomadas, o Estado “definharia” e desapareceria. Estas propostas de Lênin sobre a burocracia e o exército eram pautadas nas ações da Comuna de Paris, descritas por Marx, e responsáveis por erguer pela primeira vez o proletariado ao papel de classe dominante. Porém, esta formulação que Lênin criou, equivocadamente, a entendendo como a interpretação correta, sofreu um forte desvio quando colocada em prática, demonstrando que os embates que a transição enfrentava, na prática, eram mais complicados do que o líder previa.

Isto pode ser observado nos debates entre Lênin e a Oposição Operária sobre os rumos do processo de produção e de condução do processo revolucionário na Rússia pós-1917. Para Alexandra Kollontai<sup>3</sup> (1980), a necessidade de ter outras classes

---

<sup>3</sup> Alexandra Kollontai foi um dos principais nomes da Oposição Operária, grupo formado no interior do Partido Bolchevique e que defendia uma maior participação dos operários nas decisões do rumo do país e, sobretudo do controle dos meios de produção. Foi a primeira mulher no mundo a exercer a função de embaixadora.

em apoio ao operariado e ao campesinato, como a baixa burguesia ou intelectuais, por exemplo, era necessária para ter a vitória no decurso do processo revolucionário, mas a sua postura se diferenciou da de Lênin ao não concordar que esses grupos assumissem o papel de protagonistas no desenvolvimento do Estado operário. Kollontai (1980) apontou que ao colocar antigos gerentes de fábricas nas mesmas funções após a Revolução e não operários para comandar o processo de reformulação nas fábricas, o Partido estava perdendo a oportunidade de revolucionar o método de produção e apenas compactuava com o desenvolvimento do trabalho nos moldes do capitalismo.

A proposição de Lênin sobre o “definhamento” do Estado era, sem sombra de dúvidas, um dos principais argumentos para a defesa da necessidade de se manter um Estado proletário “formal” após a conquista do poder através da revolução. A sua argumentação se baseava no desenvolvimento das ideias de Engels de que a Revolução destruíra somente o Estado burguês, e que o modelo implantado posteriormente – que Lênin chamava de “plena democracia” – só tendia a diminuir e suas intromissões, na vida social, tornaram-se desnecessárias e então, ele morreria. De certo modo, essas visões e prognósticos do autor sobre o desenvolvimento do Estado operário eram mais idealizações do que ele previa como seria o desenvolvimento do que realmente se via na prática, apesar das suas visões se basearem nas revoluções do século XIX.

Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, “por esse meio, abole o Estado como Estado”. [...] De fato, Engels fala em “abolição” do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definhamento e “morte” do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que substituem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não “morre”; é “aniquilado” pelo proletariado na revolução. O que morre “depois” dessa revolução é o Estado proletário ou semiestado (LENIN, 2007, p.35).

Esta demarcação de posição era feita, sobretudo, para se demarcar a posição sobre a questão da “abolição” do Estado perante as correntes anarquistas, que propugnavam uma abolição imediata do Estado depois da tomada do poder pelas classes oprimidas. Para Lênin, isso não era só impossível como também demonstrava as falhas na concepção dos anarquistas para definirem o que eles entendiam como revolução e de como ocorreria este processo, uma vez que, as suas posições se

mostravam contraditórias ao pregarem uma revolução e serem antiautoritários. Porém, essas posições anarquistas eram mais linhas gerais para uma ação do que necessariamente um programa fixo que deveria ser seguido.

Uma questão que Lênin abordava indiretamente neste livro, mas que é de fundamental importância para compreender a sua definição de ditadura do proletariado é quem ou quais organismos são responsáveis por conduzir a ditadura do proletariado. Como exposto anteriormente, ele previa que a presença de membros eleitos para cargos burocráticos no governo era um ponto importante, mas não explicitava de onde e a quem esses membros deveriam responder.

Através de outros escritos é possível perceber quem era o condutor para Lênin da ditadura do proletariado, este era o partido. Esta defesa preponderante do partido era feita desde 1902 em seu livro *O que fazer?*, e também, com a Revolução de 1905, uma vez que os soviets tinham uma influência muito grande dos mencheviques.

Tornou-se agora. Nós, o partido bolchevique, *convencemos* a Rússia. *Conquistámos* a Rússia — dos ricos para os pobres, dos exploradores para os trabalhadores. Agora devemos administrar a Rússia. E toda a peculiaridade do momento que vivemos, toda a dificuldade consiste em compreender as *particularidades da transição* da tarefa principal de convencer o povo e esmagar militarmente os exploradores para a tarefa principal de *administrar*.

Pela primeira vez na história mundial, um partido socialista conseguiu concluir, nos seus traços principais, a obra da conquista do poder e de esmagamento dos exploradores, conseguiu *abordar* a tarefa da *administração* (LENIN, 1918, s/n).

Mesmo com todo o desenvolvimento que ocorreu com os soviets e a as suas ações revolucionárias em 1905 e 1917, Lênin não acreditava nos conselhos como o elemento central para o desenvolvimento deste Estado proletariado que estava sendo construído na Rússia. Para ele, os soviets eram um apêndice do partido e, como tal, deveriam estar subordinados às suas diretrizes, somente assim, seria possível não retornarem para as reivindicações economicistas, uma vez que, naquele estágio em que a revolução se encontrava, esta barreira já havia sido transposta, mas, com o desenvolvimento da guerra civil e as dificuldades pelas quais o país passaria, essas reivindicações poderiam retornar e acabar sabotando o curso da revolução.

A visão de Lênin sobre o papel dos sovietes no desenvolvimento da ditadura do proletariado, relegando esses instrumentos da classe trabalhadora a um papel secundário, foi exposto por Brinton (1975) como o início do processo de incorporação dos sovietes à estrutura do partido. Este processo desembocou em algumas restrições que acabaram imobilizando os sovietes, uma vez que, sua autonomia era cortada, como por exemplo, o fato dos delegados de sovietes só poderem assumir este posto se fossem membros do partido bolchevique.

Remetendo às posições de Marx e Engels e às de Lênin que foram analisadas até neste momento, a melhor definição para a diferenciação do conceito de ditadura do proletariado entre ambos era produzida por Maurício Tragtenberg (2011): “Marx caracteriza como “ditadura do proletariado” uma forma de *sociedade*, enquanto Lênin caracteriza-a como uma forma de *governo*”.

### **O debate sobre a ditadura do proletariado durante a Revolução Alemã**

Diferentemente dos russos que dividiram, em 1912, o Partido Social Democrata Russo em Bolchevique e Mencheviques, o Partido Social Democrata Alemão permaneceu uno até o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial rompendo e transformando-se em dois partidos – com a criação do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha – em 1917.

Era a ala à esquerda do Partido Social-Democrata Independente Alemão que participou efetivamente do processo revolucionário que ocorreu na Alemanha entre 1918 e 1919 e que, diferentemente do processo russo, não teve à frente o partido, mas sim, os conselhos operários e de soldados.

A Revolução Alemã teve seu início muito semelhante à Revolução Russa, com a formação dos conselhos operários contra as condições de vida pelas quais passava a população por causa da guerra, formando assim, uma corrente de manifestações que ocasionou, no final de 1918, a queda do Império Germânico e a instauração de uma república que acabou nas mãos do Partido Social-Democrata Alemão.

Para entender a Revolução Alemã é preciso compreender que os conselhos de operários e soldados detinham de fato o poder entre o final de 1918 e o início de 1919,

isso se expressava principalmente porque “os conselhos controlavam, nos primeiros meses, a produção e limitavam fortemente o poder dos capitalistas nas empresas” (HAJEK, 1985, p. 175) . Desta forma, a constituição de um Partido Comunista na Alemanha, diferentemente do Russo, não teria função de uma tomada de poder, mas sim, de auxiliar as massas na conquista do seu objetivo, da instauração do socialismo, como deixava claro Rosa Luxemburgo no panfleto de apresentação da Liga Spartakus que, alguns meses mais tarde, se transformaria no Partido Comunista Alemão

A Liga Spartakus não é um partido que queira chegar ao poder passando por cima da massa operária ou servindo-se da massa operária. A Liga Spartakus é apenas a parte mais consciente do proletariado que indica a cada passo às grandes massas do operariado suas tarefas históricas, que, a cada estágio particular da revolução, representa o objetivo final socialista e que, em todas as questões nacionais, defende os interesses da revolução proletária mundial (LUXEMBURGO, 2009, p. 128)

Para entender o que Rosa Luxemburgo compreendia por ditadura do proletariado é necessário entender que a sua noção de partido, que se baseava em um partido de massas, em que a direção serviria somente como um meio de encaminhamento das propostas decididas na base, e não um partido de vanguarda, como no caso russo, em que a direção decidia os caminhos e a base tinha de acatar os comandos. Desta forma, a noção de ditadura do proletariado baseada nos conselhos operários denota outra forma de construção do poder e da sociedade comunista.

É interessante notar a defesa dos conselhos operários por parte de Rosa Luxemburgo entre os períodos de novembro e dezembro de 1918, quando estes ainda não tinham entre os seus principais objetivos a construção de uma sociedade socialista, mas sim buscavam elementos de estabilização da sociedade alemã, que se encontrava em caos desde a proclamação da guerra, como: “declaração do governo por uma paz sem anexações; supressão do estado de sítio e da censura; libertação dos prisioneiros políticos; abolição da lei do trabalho obrigatório; sufrágio universal igual e direito em todos os níveis.” (LOUREIRO, 2005, p. 67). Mesmo não tendo uma forte inserção dentro dos conselhos operários e mesmo os conselhos assumindo propostas para a construção de uma democracia social (isso no final de 1918), os integrantes da Liga Spartakus acreditavam que esses instrumentos eram os novos

meios de construção do poder socialista, uma vez que eram construídos a partir da base, de forma independente e expressando a auto-organização do movimento que estava em curso.

Em 1919, a proclamação da República dos Conselhos da Baviera demonstra o processo de amadurecimento e de radicalização pelo qual os conselhos operários alemães passaram no período, sobretudo pela instauração de medidas que tentavam dar uma dinâmica operária no governo, visando o apelo popular como a declaração da greve geral e da formação de um exército vermelho.

Max Adler (1976) é outro militante que enfatiza a questão da ditadura do proletariado partindo da perspectiva dos conselhos operários ao ter como parâmetro as Revoluções Russa e Alemã. Para ele, o que ocorreu com Lênin é que a sua teoria do partido queria se tornar uma teoria universal do comunismo, fazendo com que ocorresse uma bolchevização dos processos revolucionários em curso, quando na verdade esta era só mais uma tática, que se mostrou apropriada para este país.

Pelo fato de Lênin ter associado a ditadura do proletariado a um período de extrema repressão não compatível com a democracia – uma vez que Adler entendia a ditadura do proletariado como a realização da verdadeira democracia – e pelo fato de sua análise ter se tornado dominante, isto passou a ser compreendido como a ditadura do proletariado. Mas, na verdade, isso representou o “espírito do despotismo iluminado que tão evidentemente se opõe à democracia e que é uma autêntica caricatura do *Manifesto Comunista*.” (ADLER, 1976, p. 52).

Contra essa visão de Lênin, Adler propôs uma ditadura do proletariado baseado nos conselhos operários e na democracia, caracterizando assim, a verdadeira essência do comunismo, uma vez que, sendo os conselhos operários expressão do movimento operário real, traziam nas suas práticas os elementos capazes de construir a sociedade comunista.

[...] é necessário que a educação revolucionária dos conselhos operários no espírito marxista da luta de classes e do socialismo seja considerada como uma segunda tarefa capital e permanente, juntamente com o trabalho de administração<sup>4</sup>. Só assim se poderá impedir que os conselhos se limitem a

---

<sup>4</sup> Que Max Adler coloca como a primeira tarefa.



um simples trabalho de reformas e percam de vista o seu fim supremo: serem os principais instrumentos da transformação social, da supressão da sociedade capitalista<sup>5</sup>. (ADLER, 1976, 120)

Baseados na junção de questões como a de Rosa Luxemburgo e Marx Adler, e agregando com as discussões dos comunistas de esquerda – sobretudo, os alemães como Anton Pannekoek e Otho Rühle<sup>6</sup> – foi que se desenvolveu, na década de 1920, uma corrente, dentro do movimento comunista internacionalista, denominada comunismo de conselhos que trouxe as teses da função contrarrevolucionária do partido e a essência da revolução nos conselhos operários.

### **Antonio Gramsci e os conselhos operários na Revolução Italiana**

Do período revolucionário do final da década de 1910, Antonio Gramsci foi quem objetivou uma síntese entre o papel do partido e dos conselhos operários no período revolucionário. Gramsci participou ativamente do levante revolucionário em Turim durante 1919-1920, participando das ocupações de fábricas, dos conselhos operários e das Assembleias que decidiam o rumo das ações.

Para Gramsci, o Estado Operário já existia nas instituições da classe trabalhadora, como o Partido Socialista, os Sindicatos, os Comitês de Fábricas e os Comitês de Bairro. Era necessário, durante o processo revolucionário, saber articular estes elementos para fazer com que a composição do poder fosse distribuída de acordo com as suas competências e as suas designações. Ao Partido e ao Sindicato caberia a função de educador, guarda moral e disciplinador; os Comitês de Fábricas cuidariam das instituições e da democracia operária, sendo que, neles, Gramsci reconhecia o verdadeiro embrião do poder operário; e, os Comitês de Bairro que

---

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, p.120.

<sup>6</sup> Otho Rühle era membro da Liga Spartakus e foi um dos fundadores do Partido Comunista Alemão (K.P.D) no final de 1918. Expulso em 1919 entra no Partido Comunista Operário Alemão (K.A.P.D), cisão conselheira do K.P.D. Após sua passagem pelos dois partidos, adquire uma posição crítica em relação a essas organizações pois considera que “A revolução não é uma tarefa de partido. Os três partidos social-democratas têm a loucura de considerar a revolução como tarefa sua, própria de partido e de proclamar como seu objectivo partidário a vitória da revolução. A revolução é tarefa política e económica da totalidade da classe proletária. Só o proletariado enquanto classe pode levar a revolução à vitória.” (RÜHLE, 2011, s/pg.). Aqui há que se registrar que o KAPD, conforme manifesto escrito pelo próprio Rühle “não era um partido propriamente dito”.

seriam responsáveis pela organização da classe na sua área de habitação. Estes elementos destacados por Gramsci estão presentes em todo o desenvolvimento da noção de ditadura do proletariado que este revolucionário quis construir.

Assim como Lênin, Gramsci compreendia a ditadura do proletariado como um Estado de transição, em que ainda não se atingiu plenamente a instalação de um Estado socialista, em que era necessário haver uma repressão contra a burguesia para que se conseguisse chegar ao objetivo da Revolução. Um ponto destacado por Gramsci, que Lênin não chegou a adentrar, era o fato de reconhecer que a ditadura do proletariado ainda se constituiria como um Estado nacional, mas que buscava a sua superação através da aliança internacionalista, pois entendia que era nela que ocorreria a vitória final da Revolução.

Sobre o papel dos conselhos operários na Revolução, Gramsci enxergava que eles eram o principal elemento do Estado proletário, desta forma, teve que se desenvolver, no curso da Revolução, como forma e meio de expressar essa posição. Gramsci analisou o papel destacado do conselho operário em relação ao sindicato, isso ocorreu porque “O conselho (...) realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza que a coesão e a forma que a massa assume na organização geral da sociedade.” (GRAMSCI, 2004, p.364). Essa diferença entre o sindicato e o conselho ocorreu, pois o autor enxergava o sindicato como algo voltado a reivindicações das condições de trabalho e vida na sociedade capitalista, mesmo reconhecendo a importância desses na luta de classes e nos momentos de embates revolucionários, porém, o sindicato era visto como uma construção “positiva”, que trouxe no seu cerne o poder libertador do capitalismo. Apesar desta visão, é interessante notar como Gramsci compreendia que os conselhos não eram órgãos perfeitos, mas sim estavam perpassados pelas contradições que acarretavam a noção de Estado operário e que estas contradições só seriam resolvidas no decorrer da ditadura do proletariado.

Com o surgimento dos conselhos operários e a fundação da III Internacional, Gramsci observou que o Partido Socialista não conseguia atender mais às demandas revolucionárias daquele período. Para isto, era necessário uma reformulação do Partido (esta reformulação se baseava na mudança de programa e de nome, sendo

que agora deveria se chamar Partido Comunista) que para Gramsci era a necessidade de se tornar efetivamente uma instituição capaz de caminhar na construção da Revolução junto aos trabalhadores. Este Partido não deveria se portar como o detentor da verdade revolucionária, pois era preciso compreender que

A revolução proletária não é ato arbitrário de uma organização que se diz revolucionária ou de um sistema de organizações que se dizem revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (que resumimos na expressão “proletariado”) num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões “modo de propriedade individual”, “modo de propriedade capitalista”, “sistema de fábrica” e “modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar”). [...] O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratualista, como são o partido político e os sindicatos profissionais” (GRAMSCI, 2004, p. 361-362).

Era por este motivo que Gramsci defendia a reestruturação do Partido, uma vez que o Partido Socialista ainda estava muito preso ao jogo parlamentar e não conseguia acompanhar as novas mudanças que o movimento operário trazia. Nesta citação, é o ponto onde é possível observar de modo mais claro o porquê da defesa de Gramsci do papel dos conselhos. Estes não eram frutos do jogo parlamentar-institucional, mas nasceram do seio do operariado como forma de autogerir as suas lutas e a produção.

Apesar desta visão de Gramsci sobre os conselhos operários, ele não pode ser considerado um conselhistas, como o Otto Rühle por exemplo. Isso ocorre pelo fato de Gramsci, em nenhum momento, negar que o Partido era importante no processo revolucionário.

### **Considerações Finais**

Pode-se perceber que as diferentes visões defendidas sobre a ditadura do proletariado por Lênin, Rosa Luxemburgo, Max Adler e Antonio Gramsci são influências diretas do processo histórico-social de cada um de seus países. Sendo que em todos eles o papel dos conselhos operários foi em algum momento evocado. Marx e Engels procuram demonstrar como a ditadura do proletariado não é uma fase específica, mas sim o próprio alcance de uma sociedade autogerida. Para isso a

importância de se destacar os conselhos operários como fonte de organização operária para que não ocorra, aquilo que Marx destaca como a tomada de posse da Máquina do Estado, que acaba na verdade criando um outro Estado que se diz representar os trabalhadores, mas na verdade o oprime, como ocorreu no decorrer da Revolução Russa, com a atuação do Partido Bolchevique.

## Referências

ADLER, Max. *Conselhos operários e revolução*. Coimbra: Centelha, 1976.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

COGGIOLA, Osvaldo. *Bolchevismo, Gramsci, Conselhos*. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 193- 219.

GRAMSCI, Antonio. *O Conselho de Fábrica [1920]*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Escritos políticos, Vol. 1 [1910 – 1920]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp. 361 – 367.

HÁJEK, Milos. *A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha*. In: HOBBSAWN, Eric. *História do marxismo VI: O marxismo na época da Terceira Internacional: Da internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp. 169-196.

KOLLONTAI, Alexandra. *A oposição operária, 1920-1921*. São Paulo: Global, 1980.

LÊNIN. *A Situação Internacional da República Soviética da Rússia e as Tarefas Fundamentais da Revolução Socialista (1918)*. Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm> Acesso: 10/04/2011.

LÊNIN. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã [1918 – 1923]*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. *O que quer a Liga Spartakus? (1918)*. In: LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp 119 – 130, p. 128.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França – de 1848 a 1850* In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MARX, Karl. *Miseria de la filosofia*. Moscou: Editorial progresso, 1979, p142-143.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. Socialismo ou Estatismo? In: Teoria e ação libertária. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 59-62.

VIANA, Nildo. *A Revolução Russa de 1905 e os conselhos operários*. Revista Em Debate. Florianópolis, nº 4 , p. 42-58 , 2010.